

## TRAVESSIAS

### Estados Gerais da Psicanálise : questões de fundamentos

#### III

#### IDAS E VOLTAS, re-fundação permanente

Corinne Daubigny

#### Resumo :

O desenvolvimento atual do movimento dos Estados Gerais, com seus conflitos internos, à luz dos textos de René Major sobre a fundação. Comentário atual de *De l'élection*. O conflito entre "movimento horizontal" e "instituição vertical", como manifestações dinâmicas de possíveis desvios ideológicos, das "filiações insignificantes" aos "delírios genealógicos". O paradoxo, ao contrário, é apelo a atravessar / trabalhar / analisar a arqueologia do político, em favor de uma dinâmica de retirada do nome próprio, necessária à afirmação de uma "ética racional".

A história de Helena Besserman Vianna tem aí também função de paradigma.

Observações finais sobre os limites da pretensão a um funcionamento democrático formal nas instituições analíticas, assim como sobre os dispositivos que hoje, no movimento dos EGP, revelam-se promissores no que diz respeito a uma memória do Exílio e a um possível processo permanente de re-fundação .

Como compreender, então, as implicações dessa passagem do não-institucional à institucionalização pluralista e relativa, tendo por pano de fundo o Apelo paradoxal ? Procuraremos em seus escritos, René Major, à luz de como os vivemos, aquilo que você possa ter tentado imprimir neles.

Inicialmente, façamos a travessia do livro De l'élection (Sobre a eleição), Capítulo 1 : "a fundação".

Começemos mais ou menos ao azar:

*"[...] Donde o dilema não resolvido que se perpetua no duplo vínculo: reclamar um Senhor e não suportar nenhum." (Op. Cit. p. 29).*

Dilema, com efeito, *sobretudo para o pai* (simbólico) ou o fundador, o político oscilando, ele mesmo, *"alternativamente entre a filiação insignificante e o delírio genealógico "* (*Ibid.* p. 35). - Como, aqui e agora nos EGP, entre as representações "horizontais-democráticas" e "verticais-aristocráticas", se estas fossem levadas ao extremo.

Como você observa, os homens encontram " uma solução " para tal dilema – evidentemente falsa, o que é um sintoma - : a retirada do social, a apatia política e a não-comunicação virtual por Internet, que nos despojam, anuncia você, *"da relação singular ao outro"* (*ibid.*, p. 27).

Visto dessa forma, há uma aproximação perturbadora entre o que agita nossas associações atualmente e o que você anuncia como necessário, com quase vinte anos de avanço – posso dirigir-me por escrito, diante de todos, a René Major, pois graças ao milagre Internet é como se estivesse conosco.

Mas de onde vem esse dilema – ter um Senhor e não querer nenhum?

Da Outra Cena, diz você (e isso é perfeitament compreensível, mas outras interpretações são talvez possíveis), a cena originária : a do assassinato do Pai da Horda, a da sociedade dos irmãos etc., de toda a “ arqueologia do político ” que Freud levou-nos a explorar.

Sabê-lo, ou enfim, estarmos prontos a redescobri-lo, fundaria uma “ psicanálise política ” capaz de *definir “uma sociedade de homens razoáveis ”* ( *Ibid.* p. 28) . Pelo menos, você se interrogava sobre as condições que tornariam possível uma tal sociedade.

Mesmo se ela não se refere especificamente às sociedades psicanalíticas, mas à sociedade em geral, seríamos tentados a pensar que essa possibilidade (de uma sociedade de homens razoáveis) teria, como única condição, que os homens se comprometessem a analisar os fundamentos inconscientes de seus comportamentos políticos – no seio de uma associação de psicanalistas, por exemplo, ou em associações que incluem analistas.

Mas não : as condições, segundo você, deveriam ser primeiramente buscadas no tempo da fundação, no que diz respeito ao destino atribuído ao “ nome próprio ” do fundador.

Para responder antecipadamente ao duplo vínculo ordinário ou ao dilema enunciado acima, pode-se bem imaginar que um pai, ou fundador, tome a precaução de anunciar – e não apenas no discurso – esse paradoxo : "Serei seu Senhor e vocês não terão um ". Quer dizer, para plagiar Lacan, que um bom pai é um pai morto ? Não verdadeiramente (não *verdadeiramente* morto) : depende de como o entendermos. Mas, seguramente, ao duplo vínculo imposto por aqueles que reclamam um Senhor e não querem nenhum, responde por antecipação um outro duplo vínculo, um apelo paradoxal do fundador. Você diz claramente : "*o jogo político é de entrada um jogo de escritura. Ata o sujeito a um duplo vínculo. Institui-o como sujeito da crença, da transferência, do engano.*" ( *Ibid.* p. 24) - falando aqui dos sistemas simbólicos fundadores do político, em particular os mitos de origem.

Como entender esse apelo paradoxal (do tipo: "serei seu Senhor e vocês não terão Senhor" - ou ainda: "eu, o pai, fundo esse lugar onde não estarei") ? Caracteriza-se por "liberar" os homens antecipadamente do dilema ("eu o assumo e vocês aprenderão assim a não ter Senhor"), ou por induzi-lo e por reforçar alternativamente ao extremo os dois desvios antinômicos e simétricos mais loucos do político (da recusa ao delírio de filiação) ? Dito de outra forma, teria você induzido essa oscilação entre filiação insignificante e delírio genealógico, por seu Apelo que o institui como fundador, ao mesmo tempo que programava sua desistência – vivida antes como abandono antecipado ? Teria você, por algum psicodrama voluntário ou não, precipitando a transferência e a

repetição, conseguido inocular-nos de algum modo o mal, o *malestar por antecipação*, para vacinar-nos pela travessia da Outra cena – por nossa conta e risco, pois nada nos obrigava a responder a esse Apelo ?

Lendo seus textos, encontro algumas respostas. Sabendo-se que tudo depende de como se escuta esse apelo – da maneira como o interpretamos e de como continuaremos a interpretá-lo.

Você distingue com efeito duas lógicas do “ nome próprio ” (*ibid.* p. 173 e seguintes), em particular do nome próprio do fundador :

- "*a lógica da retirada do nome de um sistema de significação* ", uma retirada que deixa um traço - seria, por exemplo, a lógica do lugar de Freud em relação à psicanálise. Essa retirada conserva a função discriminativa do nome.
- "*a lógica da supressão do nome próprio* " (como na ideologia que toma como referente o nome próprio privado de seu referente), lógica que se transforma em uma lógica de supressão dessa supressão, como na lógica do delírio de eleição. Na ideologia, são as significações imaginárias do nome que invadem o sistema de significações, as modalidades de pensamento. O nazismo hitlerista é a forma mais manifesta dessa lógica, mas você encontra uma lógica similar no stalinismo ou na ideologia da democracia americana. Nessa lógica, afirma-se a rejeição do nome do pai instituído e do pai real em favor do pai adotado, idealizado.
- O fecho paradoxal de seu Apelo pode então receber diversas interpretações.

- Muitos se apressaram e se apressarão ainda em ver aí o anúncio de seu desaparecimento real, de seu suicídio institucional ou da auto-supressão de seu nome próprio, demasiadamente satisfeitos de se apropriarem de uma ideologia anti-hierárquica ou, bem ao contrário, de participar de uma filiação de prestígio – a dos "Melhores-Maiores [*Majeurs*]".
- Evidentemente, é a “ lógica de retirada ” que deveria estar em questão. Porém no que consiste ela ? Não o convidaria a “ fingir que finge ” (*ibid.* p. 42), como se faz comumente no psicodrama, ato que você qualifica como o ato analítico por excelência, afim de que possamos fazer a experiência das loucuras projetivas, porque é necessário que a Outra cena se desenrole, em nossos relatos ou nas novelas sobre a origem ? .
- Nesse caso, diremos que *precisávamos atravessar Isso*.
- Embora me tenha perguntado se a Outra cena já não se desenrolava suficientemente, para nós, nas proezas operadas a partir da história vivida e relatada por Helena e você – aqueles que ainda respondem a esse Apelo encontram-se associados a ela, cada qual à sua maneira? Um traço que leva essa história a conservar, repito mais uma vez, seu caráter paradigmático. Será que a Outra cena não se *atualiza* na história, de maneira incomensuravelmente mais violenta do que qualquer relato sobre a humanidade supostamente primitiva (relato que, em comparação com aquilo que ocorre todo dia, é apenas um conto de fadas cor-de-rosa), quando se trata, por exemplo, da exterminação de parte de um povo pelo bando no poder ? Para ampliar a questão, será que isso não explica o violento desejo de fraternidade atual, essa onda de ferocidade fraterna [*frérocité*], para utilizar o termo de Jacques Derrida, e sua propagação informática, oscilando entre o apelo super-democrático ao movimento de massa mundial (como foi visto contra a guerra no Iraque) e a organização de redes terroristas pelos

mais aristocráticos candidatos que se possa imaginar aos diversos Panteões de mártires ?

- Parece, entretanto, que você propôs um tempo propício à “ retirada ” fundadora, um tempo de retiro, como tempo prévio e necessário para a fundação, como para produzir precisamente uma separação em relação à Cena das origens, para instaurar a separação entre a origem e o começo. Parece que a “ retirada ” deve, segundo você, ser encenada no ato de fundação.
- "*Não há fundador que não seja estrangeiro à fundação que se autoriza em seu nome (Ibid. p. 12) ; "uma fundação não é suficiente, a história começa, é o que se diz, por um assassinato (Ibid., p. 23)".*
- E você comenta a representação dos dois Moisés de Freud, o Moisés Egípcio do Exílio e o Moisés madianita do povo eleito : "*Mostrando que a fundação é sempre segunda, [Freud] desvincula a fundação do fundador e desvincula o vínculo que une não fundando nenhuma identidade"(Ibid., p. 60).*
- O Moisés Egípcio, o homem da Passagem, o guia por excelência, o estrangeiro àquilo que funda, é aquele que transmite a figura do "*sem nome e sem rosto "* que, afirma você, é "*a condição de possibilidade do reconhecimento do outro "* (Ibid. p. 52), a qual funda-se assim em "*uma ética do não-próprio*", como ética da não-identidade a si-mesmo do sujeito e, provavelmente também, ética de não apropriação.
- Assim, por sua retirada fundadora, você apelava explicitamente a mais-de-Um, a uma diversificação possível do movimento, comprometendo-se a uma possível des-apropriação de suas continuações que, no entanto, poderiam também valer-se desse Apelo.

- Essa retirada anunciava necessariamente um segundo momento, o que nós estamos vivendo : o da institucionalização (ou *das* institucionalizações). Felizmente, diria eu, a travessia passou-se bem, porque os fantasmas parricidas, filicidas, fraticidas etc., encontraram uma maneira magistral de se desenrolarem e agora entramos novamente em um momento temível, que só pode atizar nossa curiosidade : pois, se você porta dignamente os trajes do estrangeiro no Exílio e sabe tão bem encarnar a cólera de Moisés quebrando as Tábuas da Lei, vários se perguntam como poderá conduzir-se na Terra Prometida, quando corre o risco de ter que transformar-se em um Moisés madianita ; em outros termos, perguntam-se como fará você para escapar à armadilha da eleição.
  
- Embora a resposta seja largamente introduzida no texto fundador do Instituto de Altos Estudos em Psicanálise, que já se distingue em vários aspectos das associações psicanalíticas : não-constituição de um curso de formação de analistas, *mais de uma* disciplina, portanto *mais de um nome* ; *mais de uma* instituição, pois participarão pesquisadores e universitários de outros lugares, não-perenidade dos orientadores, tempo reservado às controvérsias e aos fóruns etc... Múltiplas maneiras de garantir o lugar do Outro, do estrangeiro e a relação ao Outro, que se resumem em uma palavra : "transversalidades" – ou, se preferirmos, dispositivos de travessias.
  
- É que a retirada não significa desaparecimento antecipado ; é feita para estabelecer traço ou demarcação, de maneira que a fundação não pertença propriamente ao fundador, embora marcada por sua história real – da mesma forma que a psicanálise não pertence a Freud, mas carrega a marca de sua história real e subjetiva, porque ele aceitou que ela o atravessasse, o que nos funda a reinventá-la incessantemente e a prosseguir o movimento por travessias similares. Ou, poder-se-ia talvez dizer, de maneira a pôr a divisão do sujeito a serviço da abordagem do Outro, em outros termos, do que você denomina "uma ética racional".

- Dou-me conta agora de quão excepcional é esse fato, que um homem produza antecipadamente a teoria de uma fundação e se dê a permissão, ousado dizer, de realizá-la ele próprio (mas não sozinho), e este é um exercício extremamente perigoso e corajoso de coerência entre seu pensamento, sua palavra e seus atos. Isso lhe vale a acusação particularmente injusta – e estive eu mesma a ponto de fazê-la – de que você se contradiz e trai a si mesmo ; e é compreensível que seja assim, tão difícil e delicada é a empresa, tão consideráveis as implicações e as violências, difíceis de argumentar, que ela pode suscitar. E ainda mais se se verifica, como parece ser o caso, que *"O político é a cena onde a divisão da comunidade, reproduzindo a divisão do sujeito, representa-se como uma unidade impossível"* (Ibid, p.35).

Com essas palavras, minha reflexão poderia e deveria talvez chegar ao fim, pois fica evidente que a "solidariedade" à qual apelava Helena é a mesma que visa conjurar esse impossível, por uma maior compreensão de suas fontes, e assumir por antecipação o malestar necessário à nossa empresa – o que terei tentado fazer aqui, por esse convite à dialética e às travessias.

Gostaria porém de acrescentar, em conclusão, alguns comentários sobre o funcionamento dos Estados Gerais da Psicanálise, em que ponto estão e como podem vir a delinear-se.

No seio de nossa associação francesa, formou-se um pequeno grupo, ligado aliás, em parte, à associação de Buenos Aires, bem como a uma outra associação psicanalítica francesa ; foi criado de início sem outro objetivo específico, por ocasião da preparação do congresso no Rio, a não ser o de

refletir uma imagem do movimento como defensor da “ acessibilidade ”, do funcionamento democrático e da abertura. Seus alvos principais, aliás, foram a princípio os fundadores do movimento, acusados de não terem dado um contorno suficientemente democrático ao congresso de 2000 – caro demais, centrado em demasia nos “ barões ” etc.

Particpei das primeiras reuniões do grupo - por gosto pela democracia -, mas precisei abandoná-lo, minha posição de psicanalista encontrando-se logo em situação difícil. Esse grupo, contudo, ensinou-me algumas coisas sobre as relações ou a mistura entre a psicanálise e a democracia ; ou seja, que se trata de uma mistura explosiva, a ser manejada com prudência – uma experiência interessante quando se é psicanalista e democrata, o que sou. Antes, só tinha conhecido experiências dessa mistura em lugares terapêuticos, que foram aliás muito positivas, e freqüentemente tive ocasião de iniciá-las ; eram, porém, experiências muito diferentes, porque em um lugar terapêutico está bastante claro que a primazia, em última instância, cabe à psicanálise e que nada pode ser empreendido que coloque em questão as possibilidades do tratamento de quem quer que seja, tanto do lado dos pacientes como do lado da equipe.

Inversamente, na associação, assisti antes de mais nada à tentativa de pôr em prática um princípio de funcionamento literalmente democrático, no gênero da democracia sindical. O que digo aqui representa, evidentemente, minha maneira totalmente subjetiva de perceber a situação.

A reivindicação da “igualdade de direitos para todos ” podia conduzir esse ou aquele a contestar radicalmente os dispositivos coletivos de trabalho usuais dos

psicanalistas – chegou-se mesmo a questionar sua atividade enquanto profissão liberal – e a tentar impor procedimentos espantosos proibindo desde logo qualquer proposição de enquadramento da palavra, do trabalho ou da escrita – com exceção da partilha equitativa da palavra : razão pela qual inúmeras reuniões só resultavam no levantamento dos possíveis temas, que mudavam segundo as pessoas presentes – as quais não se comprometiam a retornar. Essa democracia, ao menos no início, rebelava-se contra a idéia de grupos fechados constituídos por cooptação (por que não me aceitam, com que direito?), quando se trata de um dispositivo indispensável para os psicanalistas e os pesquisadores, por várias razões – parece, contudo, que pudemos fazer entender que, de um ponto de vista democrático, era preciso aceitar que existam formas de trabalhar diferentes das desse grupo.

Além disso, a confusão entre o espaço do tratamento analítico e o espaço institucional conduzia a afirmar o direito de tudo dizer e tudo escrever, acompanhado pela exigência de ser sistematicamente publicado em Internet. Isso autorizou por exemplo

- um membro do grupo, não filiado à associação, a lançar inverdades atacando a associação, por ocasião de um congresso internacional, declarando-a “ moribunda ” (assim, a travessia passou-se bem..) quando ela tomava impulso – e era seu direito, dizia essa pessoa, pois dizia-o “ em seu próprio nome ”, porque pensava isso...

- a enunciar inverdades demagógicas atacando injustamente os psicanalistas em atividade até em argumentos de grupos de trabalho (como a idéia de que apenas os psicanalistas da periferia ocupam-se dos jovens da DASS !),
- a pretender proibir toda demanda de retificação desse tipo de argumentos (acusações, nesse caso, de censura) e, pois, a implicar a instituição em suas próprias falhas.
- A confundir correspondência privada e texto público, publicando em sites amigos – entre os quais um do site do nosso movimento - um mail de divulgação limitada sem a autorização do autor.
- Para só citar alguns exemplos.
- Tais procedimentos podiam desestabilizar e provocar respostas inadequadas, bem como detestáveis reações em cadeia.
- Evidentemente, o recurso à discussão permite moderar esse ímpeto contestador, mas parece-me que não se trata apenas aí de aporias e limites próprios à democracia, como pude mencionar precedentemente, nem desses desvios ideológicos que tinha previsto René Major.

É preciso então acrescentar com risco de chocar que, se a psicanálise só pode existir em sociedades suficientemente democráticas, **o princípio político da democracia formal não é aplicável ao pé da letra às sociedades analíticas** por razões que dizem respeito à sua natureza. Pior : a presença de psicanalistas e analisandos em grupos assim constituídos (embora grupos reunindo analistas e analisandos sejam viáveis) leva a ultrapassar as regras

habituais nas trocas escritas e orais, *destruindo ao mesmo tempo o quadro das trocas entre cidadãos, normalmente imbuídas de civilidade, e o quadro do tratamento analítico*, especialmente construído para se dizer o que precisamente não se poderia dizer num lugar qualquer. Em resumo, para retomar uma frase de René Major : *"não se pode tomar o mundo por divã"*. O princípio de não-hierarquia fôra aqui convertido em princípio de ausência de quadro. Ademais, ficava aparente que a utilização de Internet decuplicava o apetite demagógico, o apagamento dereístico entre o possível ou o imaginário e o real, a pseudo-comunicação longe dos efeitos de encontros reais, a inflação das fantasias e da agressividade, cada um protegido por trás de sua tela de computador. A multiplicidade dos textos, dos anúncios, sua justaposição desordenada no site, puderam refletir por um tempo a ausência de vida relacional real no grupo, a ausência de trabalho coletivo, à exceção da acumulação de queixas e reivindicações.

Pouco a pouco, algumas pessoas com mais experiência no campo da vida institucional puderam participar do grupo e começar a desenvolver um certo trabalho, como se fosse preciso passar por um período de aprendizagem. Mas não era o suficiente e os " executivos " eleitos pela assembléia geral (CA) precisaram pôr " a mão na massa " para remediar os excessos ; isso comportava evidentemente o risco de que os tais executivos cometessem os excessos opostos - e não posso jurar que isso nunca tenha acontecido.

Somos, pois, forçados a constatar que é preciso inventar, empiricamente, dispositivos e quadros que restaurem a sociabilidade e permitam a expressão de componentes diferentes e opostos – como os encontros ou o que tentamos realizar atualmente através do site, em particular com o sistema da dupla Revista, uma obedecendo a princípios mais “ horizontais ” e a outra a princípios mais “ verticais ”. Tentamos igualmente organizar verdadeiros espaços de discussão por Internet para os grupos de trabalho e também fora deles.

Provavelmente devemos aprender a trabalhar com as duas dimensões de “ verticalidade ” et “ horizontalidade ”, correspondendo a duas tendências que devem poder-se limitar e canalizar. Em resumo, precisamos correr o risco de ter e assumir desacordos – dentro dos estreitos limites em que estes não visem o assassinato das almas.

Parece-me que nossa sorte reside principalmente nesse cuidado que tiveram os fundadores do movimento em considerar desde o início uma pluralidade de quadros, lugares e instâncias, colocando nossos procedimentos sob o signo tríplice da pluralidade (ou do não-idêntico), da temporalidade (não-perenidade) e da transversalidade, isto é, da acolhida do estrangeiro, das travessias possíveis entre os lugares, as instâncias, as disciplinas, as associações.

Nesse sentido, o triplo dispositivo congresso-associações-IHEP parece-me necessário e salutar, na medida em que permitiria verdadeiras trocas entre esses lugares em termos de encontros e trabalho, como outras tantas travessias possíveis *ida-e-volta* entre Exílio e Terra Prometida - (como a

possibilidade de prosseguir, através do site da associação, as controvérsias iniciadas no seio do IHEP).

Pois se o IHEP assume colocar de novo a questão "por que a guerra?" e debatê-la conosco, está subentendido que isso nos convida, a nós, amigos dos EGP, a pensar em respondê-la em pensamento, palavras e atos, "*more psychanalytico*", em nós mesmos e entre nós.

Idas-e-voltas, voltas-e-idas : como em um movimento de re-fundação permanente. As dimensões do retorno reflexivo, da memória, do exame de consciência e de inconsciente são essenciais, mas sempre para discernir, através das tomadas de consciência de hoje, as possíveis premissas de um amanhã diferente, para a humanidade e para a psicanálise.